

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: DESAFIOS E AÇÕES PARA AS INSTITUIÇÕES FORMADORAS DE INDIVÍDUOS

¹Vitor Lucas Pereira

¹Itamar Guimarães

¹Caio Henrique Quinterno Matos

²Joana D'arc Bardella

²Divina Aparecida Leonel Lunas

¹ Graduandos do curso de Ciências Econômicas do Campus de Anápolis de CSEH/UEG

² Docentes da Universidade Estadual de Goiás.

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é analisar e compreender hábitos, estratégias e ações de núcleos familiares e instituições de ensino quanto à educação e controle financeiro e seus resultados. Entende-se que descrever, controlar e mapear a vida material de um lar é a pedra fundamental, bem como origem do conceito de economia que advém do grego e significa regras, ou controle da casa.

Para que uma família possua melhores condições de satisfazer suas necessidades e ambições materiais, é fundamental que compreenda, racionalize, discipline e crie diretrizes para seu comportamento financeiro, buscando também transmiti-los aos seus filhos.

Porém, educar financeiramente as novas gerações soa complexo em uma realidade que histórica e culturalmente não possui apreço nem compromisso com algo essencial para o bem estar material de uma sociedade.

Enquanto acadêmicos inseridos nessa realidade, visamos contribuir com nossos esforços, ações e conhecimentos adquiridos para esclarecer às pessoas que participam e contribuem em nossa sociedade acerca da importância da educação financeira e seus desdobramentos positivos para o futuro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Preparar as pessoas para lidar com situações cada vez mais complexas que envolvem as questões financeiras e seus numerosos e variados produtos é o objetivo principal da Educação Financeira. As decisões de investimento e as alternativas à poupança são consideradas de difícil acesso pela população em geral. A questão suscitada é se a Educação Financeira influencia nas decisões de consumo, investimento e endividamento. Nesse sentido, o problema de pesquisa está relacionado à qualidade da tomada de decisões das pessoas no

que diz respeito às questões financeiras e, também, se a deficiência de conhecimentos seria o fator determinante pela tomada de decisões não otimizada. (AMADEU, 2009)

Todo o controle financeiro do lar tem como base a educação, disciplina e regras bem estipuladas para o orçamento, premissas que podem ser consideradas como novas para a maioria no Brasil, principalmente para os mais jovens, sendo muitas vezes negligenciadas por parte dos pais ao longo da formação devidos, principalmente, a fatores culturais e de base já carregados há gerações.

Educar é preparar para os desafios da vida. Por este motivo, a educação financeira de uma criança abarca componentes que vão além dos conceitos econômicos, sendo importante uma atenção especial à preparação dos mais novos quanto ao uso correto de suas economias, para que cresçam responsáveis e bem informados. (LIMA, 2014)

Crescendo responsáveis e bem informados, esses indivíduos no futuro possuirão condições sólidas e eficientes para criar um lar estável e próspero financeiramente,consequentemente se disponibilizarão também de mais recursos para satisfazer e expandir o consumo, maior conhecimento e acesso a produtos financeiros ofertados no mercado (cheque especial, cartão de crédito, financiamentos e leasing, crédito direto ao consumidor, poupança, fundos de investimentos, etc.), aumento da própria renda, integrando-se mais em sua sociedade e ampliando seu bem estar, além de contribuírem para o ciclo da educação financeira através da transmissão de seu aprendizado para a geração posterior.

É notório o fato de que, para entender/aprender sobre educação financeira, é preciso aprender a gastar de forma controlada (impor limites), estabelecendo metas, disciplinando investimentos e administrando o que se conquistou (fazer sobrar dinheiro). Diante disso, quando se propõe organizar e controlar com mais carinho a vida financeira, o objetivo principal (independência financeira) seguramente será alcançado de forma mais rápida (CERBASI, 2004, p. 69).

No âmbito das instituições públicas de ensino básico brasileiras, a preocupação com a Educação financeira é um tema que ganhou força e importância ao início dos anos 2000, após a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) incluir o tema em suas pauta de discussões para seus países membros e não membros como o Brasil, culminando em uma pesquisa em 2005.(SILVA; POWELL, 2013)

A pesquisa permitiu identificar três pontos importantes relativos aos cidadãos analisados, e que os governos dos países membros da OCDE deveriam considerar: o primeiro

ponto foi à existência de um número crescente de trabalhadores que teriam que contar com suas pensões e suas economias pessoais para financiar sua aposentadoria; o segundo ponto era a constatação de que muitos consumidores, em particular jovens, se endividavam pela maneira como estavam lidando, por exemplo, com os cartões de crédito e as contas com telefonia móvel; e por último, o estudo indicava uma situação contraditória: se, por um lado havia um crescimento no número de operações financeiras realizadas eletronicamente que sugeria a necessidade de que as pessoas tivessem pelo menos uma conta bancária, por outro lado o que foi constatado em vários países foi que uma porcentagem significativa de consumidores não participa do sistema financeiro. (OECD, 2005a).

Porém, mais de dez anos mais tarde, o ensino básico brasileiro ainda segue sem Educação Financeira na matriz da grade de matérias do ensino básico, ou ainda não mesclada ou aprofundada em matérias com potencial para suas discussões como a Matemática. Parte desse lamentável descuido, remonta à falta de interesse político no assunto e dos responsáveis pela organização das matrizes que vêm visando e julgando mais necessárias outras áreas do conhecimento.

A primeira questão referia ao desafio de se convencer políticos e as pessoas que tomam as decisões educacionais para os governos sobre a importância do assunto e da necessidade de se conseguir um espaço no currículo escolar para a inserção da Educação Financeira. Pois o problema estava no fato de que o assunto competiria por espaço no currículo com temas como nutrição e educação sexual. (MUNDY, 2008, P.62).

METODOLOGIA

É uma pesquisa quantitativa descritiva, que tem por finalidade observar, analisar e registrar os fenômenos, traduzindo-os em números utilizando técnicas estatísticas e referências bibliográficas.

Um questionário elaborado com 13 perguntas objetivas de resposta única. A amostra de 29 entrevistados deu-se à utilização da fórmula (Gil, 2008, p.97). O erro padrão foi de 10% para uma população de 39 funcionários

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para essa pesquisa foi aplicado um questionário com perguntas quanto ao gênero, à faixa etária, escolaridade e mais 10 questões socioeconômicas aos funcionários do Colégio Municipal Moacyr Romeu Costa em Anápolis a fim de coletar informações sobre seus comportamentos relativos a assuntos financeiros.

Analisados os resultados da primeira questão, obtém-se uma porcentagem de 86% de mulheres do total de entrevistados e 14% de homens, demonstrando a presença majoritariamente feminina em ambientes de formação infanto-juvenis e a opção pelo magistério, sendo 76% do entrevistados professores e 24% administrativos.

A faixa etária dominante entre os funcionários é 30 a 59 anos com 79% dos entrevistados, seguido das pessoas com mais de 60 anos, 14%, e de 15 a 29 anos 6%. Resultados já esperados, bem como os números que demonstram a escolaridade dos servidores: 82% possuem diploma superior e 18% possuem diploma a nível médio.

Os resultados acerca da escolaridade elucidam a compreensão sobre a renda familiar e o planejamento financeiro, uma vez que quanto mais avançada a escolaridade, maior os rendimentos e, na maioria dos casos, melhor a administração sobre as finanças. Quanto à renda familiar: 14% recebem até R\$1760; 21% recebem de R\$ 1761 a R\$ 3520; 51% recebem de R\$ 3521 a R\$ 8800; 14% recebem de R\$ 8801 a R\$ 17600. A respeito do planejamento financeiro: 69% dos trabalhadores afirmam planejar a longo prazo, 59% afirmam utilizar majoritariamente cartões de crédito em detrimento de outras formas de pagamento, 59% afirmam não contrair dívidas frequentemente, porém um resultado alarmante de 50% dos entrevistados que costumam contrair dívidas declararam algum caso de inadimplência.

A respeito da educação financeira nas instituições de ensino público no Brasil, 79% dos participantes a considera ineficaz, 11% eficaz e 10% muito eficaz, números compreensíveis e concretos para a realidade brasileira.

Sobre a educação financeira nos lares: 72% consideram termos como poupar, controlar o orçamento da casa e investir como conceitos extremamente relevantes e 90% declaram transmitir conhecimentos financeiros a seus alunos e filhos, números positivos que permitem certo otimismo sobre o futuro financeiro da nova geração.

CONCLUSÃO

Partindo das premissas dadas e dos resultados obtidos na pesquisa, conclui-se que educação, racionalidade e, principalmente, disciplina financeira são fatores decisivos para um bem estar material e prosperidade dentro do convívio social, sendo o primeiro deles, a família.

Apesar de ainda haver muito a ser alcançado e transmitido para as novas gerações de crianças e jovens brasileiros no que tange à educação financeira, resultados promissores demonstram otimismo para os meios e estratégias que devem ser utilizadas para sanar os entraves ainda existentes.

Portanto, três fatores expostos devem ser os pilares para que esse otimismo se transforme em uma realidade concreta. Primeiramente, deve-se atentar para os pilares que formarão um indivíduo consciente financeiramente: os pais, ou responsáveis devem, sobretudo prezar por uma vida financeira que sirva de exemplo para o indivíduo em desenvolvimento, além de filtrar fatores culturais e sociais que possam prejudicar seu crescimento. A seguir, é necessário que os governantes e as instituições responsáveis pela educação, como o Ministério da Educação, valorizem o tema abordado e considerem discussões e projetos já existentes para fixá-lo na matriz curricular de ensino. Feito isso, os professores possuirão tempo e conhecimento exclusivos para tratar da disciplina e avaliar seus alunos com o aparato educacional a seu dispor, fechando o ciclo que possibilitará os cidadãos brasileiros do futuro a usufruir com muito mais eficiência de suas finanças.

REFERÊNCIAS

LIMA, Secco, R. *Importância da educação financeira na infância: uma revisão de literatura*, em Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 203, 2014. Texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/educacion-financiera.html>

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. 177 ed. São Paulo: Editora Gente, 2004.

AMADEU, João Ricardo. **A Educação Financeira e sua Influência nas Decisões de Consumo e Investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular** 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <<http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/tede/820>>. Acesso em: 24 maio 2017.

MUNDY, Shaun. **Financial Education Programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft Recommendations for best practices**. OCDE journal: General papers, volume 2008/3. OCDE, 2008.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. Jul. 2005b. Disponível em <<http://www.oecd.org>> Acesso em: 24 maio 2017

SILVA, Amarildo Melchiades da; POWELL, Arthur Belford . Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, IX., [18 a 21 de julho de 2013], Curitiba- Paraná. **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática...** [S.l.: s.n.], 2013. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/manuais/citacoesabnt.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.